Publicado em 18/03/2024 - 16:00

Crise nos hospitais federais do Rio: quase 300 leitos fechados

Equipamentos cirúrgicos e próteses ortopédicas de mais de R$ 20 milhões vão para o lixo, enquanto 18 mil pacientes esperam atendimento

Redação

A cozinheira aposentada Elza Maria de Jesus Javier, de 81 anos, aguarda há 10 por uma cirurgia no joelho no Hospital Federal dos Servidores, no Rio de Janeiro. Ela chegou a ser chamada para a cirurgia, em setembro de 2023, mas ficou sabendo na hora que não poderia ser operada. Motivo: faltava a prótese ortopédica.

“Com 81 anos e ter que passar por isso. É humilhante, porque eu chego na portaria me arrastando no chão, sem conseguir andar. A resposta é a mesma: ainda não tem a prótese”, relatou.

Dona Elza é só uma entre as mais de 18 mil pessoas que aguardam atendimento nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro, considerados referências no atendimento de alta complexidade, como tratamento de câncer, cardiologia e transplantes.
Aos 81 anos, dona Elza aguarda há 10 anos por uma cirurgia no joelho, mas falta prótese (Foto: Reprodução da TV Globo)

Enquanto isso, equipamentos cirúrgicos e próteses ortopédicas que custaram mais de R$ 20 milhões estão indo para o lixo. A responsabilidade sobre quem deixou as próteses e materiais cirúrgicos perderem a validade ainda está sendo investigada.

Quase 300 leitos estão fechados

Em muitos setores dos hospitais federais do Rio, há aparelhos médicos quebrados e caixas de materiais vencidos ou danificados, além de leitos equipados em salas trancadas a cadeado e prédios sem manutenção básica de segurança.

Um relatório realizado em julho de 2023 pelo Ministério da Saúde sobre os hospitais federais do Rio reforçou a situação de calamidade e precarização. São 292 leitos fechados, quase 20% da capacidade total das unidades.

No Hospital Federal da Lagoa, todos os 20 quartos de semi-UTI estão lacrados com cadeados, aguardando a contratação de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

No ano passado, os hospitais realizaram quase 48 mil internações e cerca de 43 milhões de atendimentos ambulatoriais. Para 2024, o orçamento passa de R$ 862 milhões. A situação de descaso e negligência nos hospitais federais do Rio foi mostrada neste domingo pelo programa Fantástico, da TV Globo.

Risco permanece em hospital onde 3 morreram em incêndio

No Hospital Federal de Bonsucesso, na Zona Norte do Rio, problemas na rede elétrica colocam em risco a segurança de pacientes e funcionários com a possibilidade de incêndios, como o que aconteceu no hospital em 2020, deixando três pessoas mortas. A emergência da unidade tem 83 leitos fechados por não ter condições da rede elétrica de suportá-los.

Um laudo da empresa responsável pela manutenção da rede já apontava, em maio do ano passado, a situação crítica, com cabos subdimensionados e superaquecidos, aumentando o risco de incêndios. Goteira, água parada no chão e áreas abertas para evitar superaquecimento dos cabos elétricos.

A empresa recomendou não abrir mais setores no hospital para garantir que a estrutura não cedesse. Com isso, a ala da emergência está fechada há mais de três anos, sem previsão para ser reaberta.

As condições precárias podem ainda fazer chegar menos tensão do que alguns equipamentos precisam, o que significa que aparelhos de UTI, por exemplo, podem estar funcionando abaixo da capacidade ideal, ou sequer estar funcionando.

Copyright © Clipclap 2026.

Falha em ar-condicionado é risco de infecção hospitalar

“Não tem condições de funcionar nada num lugar como esse. É um risco de insalubridade e periculosidade, muito menos de um hospital. Parece uma cena de filme de terror. Aquilo não é uma negligência de curto prazo. Isso aí é um problema de longo prazo que tá aí sendo exposto agora nessas imagens muito fortes”, diz Miguel Fernández, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RJ).

Já no Hospital dos Servidores, a empresa responsável pela manutenção dos aparelhos foi contratada sem licitação e recebe quase R$ 500 mil por mês. No começo de março, o Ministério Público Federal pediu informações ao diretor da unidade sobre o contrato.

“Uma falha de um equipamento de ar condicionado, por exemplo, pode representar um problema de infecção hospitalar. Estamos trabalhando em uma parceria com o Conselho Regional de Medicina (Cremerj) para fazer uma fiscalização específica, requerendo dos hospitais que tenham um profissional ou uma empresa responsável técnica por essa manutenção e operação”, disse Miguel Fernández.

Disputa de grupos políticos por cargos cobiçados

Por trás de todo esse cenário, há ainda uma disputa de grupos políticos pelo controle e administração desses hospitais e uma longa lista de denúncias sobre o loteamento de cargos nas unidades, com décadas de cargos cobiçados na direção dos hospitais, especialmente para o departamento de compras.

Esses grupos políticos indicam nomes para funções sem o devido critério técnico, reforçando a precarização da rede federal de hospitais do Rio. Em muitos casos, esses apadrinhados estão sendo investigados por denúncias sobre ineficiência, negligência e corrupção.

Em agosto do ano passado, um relatório da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou quase R$ 100 milhões em contratos sem licitação entre 2019 e 2021 no Hospital Geral de Bonsucesso, que durante o governo de Jair Bolsonaro, era controlado por apadrinhados do seu filho, senador Flávio Bolsonaro.

Flávio teria indicado os três ex-superintendentes do Ministério da Saúde no estado e o coordenador-geral dos hospitais federais à época, Marcelo Lamberti.

Ministra da Saúde determina intervenção

Para tentar mudar a forma como os hospitais federais são administrados e colocar fim ao histórico “feudo” de deputados e senadores no controle dessas unidades, o Ministério da Saúde decretou uma espécie de intervenção nas unidades.

O interventor será o secretário nacional de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Magalhães, que, entre outras tarefas, vai unificar as compras esvaziando o poder dos diretores apadrinhados por políticos.

As decisões, principalmente relacionadas a compras e contratações, passam a ser centralizadas no Departamento de Gestão Hospitalar, o DGH. A portaria entraria em vigor na última quarta-feira (13), mas foi adiada para 8 de abril.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, explicou que a mudança é para permitir a formação de um comitê com integrantes de várias áreas, que vão acompanhar a implementação das medidas.

Nísia garantiu ainda que não vai permitir qualquer tipo de influência na gestão dessas unidades. “Hoje, não há grupo político dono desses hospitais, do ponto de vista da sua gestão. Isso posso dizer com toda a clareza”.

O TCU, que fiscaliza as atividades dos hospitais federais no Rio. vai acompanhar de perto a mudança na gestão das unidades. “A má gestão desses hospitais é crônica, eu posso te dizer que ela é crônica, por isso vamos avaliar. Deve ter muita gente incomodada, mas é necessária dar esse passo”, disse Vital do Rego, ministro do TCU.

Compras dos hospitais deverão ser centralizadas para reduzir custos

Os hospitais federais do Rio frequentemente aparecem no noticiário por denúncias de corrupção. Um dos últimos escândalos aconteceu no fim de maio do ano passado, quando o diretor-geral do Hospital Cardoso Fontes, Gustavo Albino Pinto Magalhães, foi exonerado.

Copyright © Clipclap 2026.

Ele foi denunciado por uma obra sem licitação para instalar isolamento acústico em seu gabinete. Enquanto isso, os pacientes da unidade sofrem com a falta de itens como algodão, fralda, luvas, agulhas, soro fisiológico, avental descartável para cirurgias, fio de nylon, entre outros.

“Avaliamos que as unidades têm muitos problemas, não temos por que esconder isso. Elas sofreram deterioração muito agressiva nos últimos anos. Estive nessa mesma posição entre 2011 e 2014, e os hospitais hoje são muito piores do ponto de vista da performance do que eram antes”, afirma o secretário nacional de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Magalhães.

Entre os pontos da portaria, a maior alteração envolve as compras realizadas pelos hospitais. No modelo atual, cada unidade tem autonomia quase total, o que acaba encarecendo produtos e impedindo uma padronização da rede federal.

“Esse processo de centralização de compras no DGH existia no nosso período anterior, mas no último governo foi transferido para cada hospital, e me parece que esse é o motivo principal para fechamento de leitos, falta de abastecimento, entre outros problemas”, avalia Magalhães. “Tem também a questão de pessoal. Estamos com edital para contratar cerca de 500 profissionais de Saúde”.

Com informações do G1 e Agenda do Poder

https://vidaeacao.com.br/crise-nos-hospitais-federais-do-rio-governo-decreta-intervencao/

Veículo: Online -> Site -> Site Vida e Ação

Copyright © Clipclap 2026.